



Dezembro de 2006 - Nº19

Edições Anteriores

- :: Desafios para uma educação anti-racista
- :: Projeto de lei do Senado propõe novos critérios para a nomeação de conselheiros do CNE.
- :: Garantir educação diferenciada aos quilombolas é desafio em Pernambuco.
- :: Pagamento de taxas para a realização de exames gera polêmica.

Relação entre escola e gravidez na adolescência é evidenciada em pesquisa nacional

A gravidez na adolescência é maior entre as meninas que estão fora da escola, aponta pesquisa realizada pelas universidades federais da Bahia (UFBA), do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), apresentada no último dia 8 em Brasília.

O trabalho *Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil*, que ouviu 4.634 jovens de 18 a 24 anos em Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre, constatou que, entre as jovens com filhos, 40,2% já estavam fora da escola antes da gravidez. O resultado mostra ainda que, dentre as garotas que engravidam, 27,6% param de estudar temporariamente no primeiro ano do nascimento do bebê e 18,4% param definitivamente. A realidade é bem diferente entre os meninos: a paternidade não afeta a situação escolar da grande maioria deles, exceto para 19,5% dos jovens pais que pararam temporária ou completamente de estudar no primeiro ano após o nascimento da criança.

Outra importante constatação é que a gravidez antecipada é recorrente entre jovens com menor escolarização e baixa renda. “Pode-se dizer que a realização de tarefas domésticas pelas meninas inicia-se muito cedo nas camadas populares (...) Desse modo, a maternidade se apresenta não apenas como ‘destino’, mas talvez como único projeto possível de reconhecimento social para jovens mulheres cujos eventuais projetos educacionais e profissionais dificilmente poderão se concretizar. Há que se ter em mente sempre o contexto de profunda desigualdade de classe que o país apresenta”, disse a pesquisadora Maria Luiza Heilborn, coordenadora nacional da pesquisa, à agência de notícias da FAPESP.

Diante do estudo, os especialistas propõem que os sistemas de ensino criem condições para evitar a evasão escolar de meninas que engravidam, bem como desenvolvam estratégias para a reinserção das jovens que deixaram a escola.

Informe Especial sobre o direito à educação de meninas, elaborado por Vernor Muñoz Villalobos, relator da ONU pelo direito à educação, mostra que essa não é uma realidade apenas do Brasil. “Em alguns países, mais de 50% das mulheres casam-se antes dos 18 anos e são obrigadas a abandonar os estudos”, diz. “Outras vezes as garotas correm o risco de serem expulsas de seus centros educacionais. Portanto a única opção de continuar na escola é não ter o filho”. Por outro lado, o documento traz notícias de países que introduziram importantes avanços em suas legislações, garantindo às meninas grávidas seu direito à educação formal ao conceder apoio – de diversas formas – às jovens mães.

No início deste mês de dezembro foram divulgados 11 projetos selecionados pelo Programa Educação e Gravidez na Adolescência da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). A maioria deles tratava de formação de professores e

produção de material didático sobre o tema. Ao todo, foram enviados 95 projetos por universidades, prefeituras e organizações não-governamentais. Cada proposta receberá cerca de R\$ 40 mil para o desenvolvimento, em sala de aula, de atividades destinadas a reduzir os altos índices de gravidez na adolescência. Não há informação, no entanto, de ações do MEC no sentido de apoiar as jovens mães para que abandonem a escola, conforme recomendação da relatoria da educação de meninas da ONU.



Informe sobre "O Direito à Educação de Meninas" - Relatoria Especial pelo Direito à Educação da ONU

Pesquisa Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil. Leia o [artigo](#).

Secad – www.mec.gov.br

